

ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC

CNPJ: 76.659.820/0001-51

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balancos Patrimoniais						Demonstrações do Resultado do Período							
Ativo	Notas	2024	2023	Passivo	Notas	2024	2023				Notas	2024	2023
Circulante				Circulante				Reclassificado					
Caixa e equivalentes de caixa	4	109.634	44.007	Fornecedores	15	100.259	79.178				27	1.367.030	1.189.309
Mensalidades e outros recebíveis	5	417.587	354.684	Arrendamento mercantil	16	555	682				28	(851.174)	(784.192)
Estoque	6	15.306	10.050	Adiantamento de clientes	17	2.843	2.320						
Tributos a recuperar	7	92	108	Empréstimos e financiamentos	18	19.329	15.924					(158.768)	(131.034)
Adiantamentos	8	13.399	13.166	Obrigações sociais e trabalhistas	19	83.715	80.064					(190.442)	(159.726)
Outros créditos	9	6.446	9.534	Receitas antecipadas	20	43.992	40.417					(18.551)	(18.246)
Despesas antecipadas	10	6.203	2.635	Subvenções a realizar	21	36.820	23.044					(8.853)	(10.912)
		568.667	434.184	Outras obrigações	22	1.533	1.321				29	64.676	59.595
Não Circulante				Contratos a apropriar - educação	23	242.351	201.836					(311.938)	(260.323)
Depósitos judiciais	24	28.219	26.824	Impostos e contribuições a recolher	25	2.036	1.888					203.918	144.794
Mensalidades e outros recebíveis	5	212.409	193.232			533.433	446.674					28.897	24.712
Outros créditos	9	3.023	2.658	Não Circulante								(96.643)	(77.611)
Despesas antecipadas	10	1.031	112	Fornecedores	15	13.510	-					(67.746)	(52.899)
Ativo biológico		2	5	Empréstimos e financiamentos	18	83.677	97.115					136.172	91.895
Investimentos	11	30.520	30.591	Receitas antecipadas	20	9.907	14.957						
Imobilizado	12	433.622	395.470	Provisões para contingências	24	39.533	53.587						
Intangível	13	38.757	27.249	Arrendamento mercantil	16	2.449	-						
Direito de uso de arrendamento	14	2.842	698			149.076	165.659						
		750.425	676.839	Patrimônio Líquido									
				Patrimônio social	26	498.686	372.985						
				Cisão parcial	26	-	(58.576)						
				Incorporação	26.1	1.722	-						
				Incorporação parcial	26	-	92.382						
				Ajustes de avaliação patrimonial		3	4						
				Superávit/déficit do período		136.172	91.895						
						636.583	498.690						
Total do Ativo		1.319.092	1.111.023	Total do Passivo		1.319.092	1.111.023						

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit/(Déficit) do Período	Cisão Parcial	Incorporação Parcial	Incorporação	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	311.720	4	61.265	(56.822)	11.772	-	327.939
Aumentos de patrimônio social							
Com superávit	61.265		(61.265)				
Venda de ativos financeiros		(4)					(4)
Ativos financeiros disponíveis para venda		4					4
Superávit/déficit líquido do período			91.895				91.895
Parcela incorporada					80.610		80.610
Parcela cindida				(1.754)			(1.754)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	372.985	4	91.895	(58.576)	92.382	-	498.690
Aumentos de patrimônio social							
Com superávit	91.895		(91.895)				
Venda de ativos financeiros		(4)					(4)
Ativos financeiros disponíveis para venda		3					3
Superávit/déficit líquido do período			136.172				136.172
Parcela incorporada					(92.382)		(92.382)
Parcela cindida				(58.576)			(58.576)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	498.686	3	136.172	-	1.722	-	636.583

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Informações Gerais: A Associação Paranaense de Cultura (APC), fundada em 31 de dezembro de 1950 (e até 18/12/2003 denominada Sociedade Paranaense de Cultura), é uma associação civil de direito privado, de fins educacionais, culturais, de comunicação social, editoriais, de saúde, assistenciais e religiosos, reconhecida pela legislação brasileira, com o objetivo principal de instituir, dirigir e manter a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), o Hospital Universitário Cajuru e demais unidades, conforme seu Estatuto. Declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 46.807, de 14 de setembro de 1959 até a revogação da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935 e certificada como Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS desde 09 de fevereiro de 1955 (registro nº 005.687/55 no CNAS) tendo seus processos de renovação, enviados tempestivamente, com os seguintes status: • Para o período 2010-2012, sob protocolo nº 71010.001889/2009-18, foi deferido pelo MEC conforme Portaria nº 391, de 14 de fevereiro de 2011. • Para o período 2013-2015, sob protocolo nº 23000.011142/2012-40, foi deferido pelo MEC conforme Portaria nº 416, de 08 de junho de 2018. • Para o período 2016-2018, sob protocolo nº 23000.024801/2015-51, foi deferido pelo MEC conforme Portaria nº 615, de 17 de dezembro de 2020. • Para o período 2019-2021, sob protocolo nº 23000.000249/2019-39, o processo está em análise pelo MEC desde 17/12/2018. • Para o período 2022-2024, sob protocolo nº 23000.029481/2021-73, o processo está aguardando análise pelo MEC desde 10/11/2021. A certificação CEBAS permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado conforme prevê o § 2º, Art. 37, Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021. **Fato Relevante:** Em 29/11/2024 foi deliberado em assembleia geral dos Associados, relativo a valores de caixa e equivalentes de caixa, investimentos e imobilizado, o qual foi realizada em 29/11/2024. Os efeitos patrimoniais da incorporação encontram-se demonstrado na nota 26.1. **2. Principais Políticas Contábeis:** **2.1. Declaração de conformidade:** Essas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da legislação societária brasileira, considerando-se as alterações introduzidas nas Leis n. 11.638/07 e n. 11.941/09, e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a NBC ITG 2002 R1, aplicável às entidades sem fins lucrativos. A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **2.2. Aprovação das demonstrações financeiras:** A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião da Diretoria, realizada em 11 de março de 2024, considerando-se os eventos subsequentes ocorridos até essa data. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Associação. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • Nota 5 - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa; • Nota 5 - Ajuste a Valor Presente; • Nota 12 - Imobilizado - Avaliação do valor recuperável de ativos (Teste de Impairment); • Nota 24 - Provisões para Contingências; • Nota 33 - Instrumentos financeiros. **3. Principais Julgamentos na Aplicação das Políticas Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, empregadas de maneira consistente e uniforme nos períodos apresentados. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Associação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da contratação. **3.2. Contas a receber:** São decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e de saúde, não incluídos os montantes de serviços prestados após a data do balanço. A perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando-se os riscos envolvidos: • Negociações da área educacional: reconhecidas em sua integralidade para os títulos negociados por meio de notas promissórias e cheques, vencidos há mais de 180 dias. • Área da saúde: reconhecida em sua integralidade para os títulos de recebíveis com o Sistema Único de Saúde, planos de saúde e cheques, vencidos há mais de 180 dias. Esses índices são periodicamente revisados, buscando-se uma adequada estimativa para a mensuração desses valores. **3.3. Estoques:** São avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor recuperável de mercado. Os custos de estoques são reconhecidos no resultado em decorrência da venda. **3.4. Despesas antecipadas:** São compostas por apropriações de prêmios de seguros, assinaturas de periódicos e aluguéis pagos antecipadamente. **3.5. Investimentos:** Estão registrados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. **3.6. Imobilizado:** a) Reconhecimento e mensuração. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessárias. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos em outras receitas/despesas no resultado. b) Custos subsequentes: O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados no componente reverterão para a Entidade e que seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposito por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos. c) Depreciação: Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando-se o método linear, considerando seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Descrição	Anos
Edificações	0 a 60
Equipamentos	10
Móveis	10
Veículos	5
Equipamentos de informática	5
Acervo bibliográfico	10
Semoventes	5
Instrumentos musicais e artísticos	10
Benefiteira em imóveis de terceiros	0 a 25
Imobilizado de terceiros (convênios - subvenções)	5 a 25

3.7. Custos de: Os custos de empréstimos estão diretamente relacionados à construção de determinado ativo que, necessariamente, demanda um período significativo para sua utilização ou uso. Desse modo, a entidade aplica a capitalização dos custos de empréstimos, quais sejam: juros e outros custos relativos a empréstimos captados para essa finalidade. **3.8. Intangível:** Está registrado ao valor de custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. **3.9. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, classificadas como passivos circulantes e não circulantes. **3.10. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva e variações monetárias e cambiais e amortizações, conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços. **3.11. Provisões para riscos (contingências):** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar essa obrigação. **3.12. Subvenções, contribuições e doações:** O recebimento de subvenções, contribuições e doações, quando essas se destinam a cobrir custos ou perdas já incorridas

ou com o propósito de dar imediato suporte financeiro, sem custos futuros relacionados, é reconhecido em contas de receitas, assim como quando aplicado em investimentos ou imobilizações, também reconhecido em contas de receitas. Quando se destinam a projetos específicos, os recursos são depositados em bancos, conta-movimento ou aplicações financeiras, tendo como contrapartida "débitos diversos" no passivo circulante. Tais recursos são utilizados para pagamento dos gastos previstos nos respectivos projetos e, enquanto não utilizáveis, são aplicados no mercado financeiro, sendo que a totalidade das receitas financeiras é revertida para o próprio projeto. **3.13. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão de suas características operacionais, não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização. Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos dos respectivos encargos e das variações monetárias e cambiais, utilizando-se o ajuste a valor presente, quando aplicável. **3.14. Patrimônio social:** O Patrimônio Social refere-se ao superávit ou déficit apurado em cada exercício, para manutenção dos objetivos sociais da Fundação. O eventual superávit ou déficit do período conforme ITG 2002 R1 é no ano subsequente transferido definitivamente para a conta do Patrimônio Social. **3.15. Processo de Cisão:** Em 29/11/2024 foi deliberado em assembleia geral dos Associados, relativo a valores de caixa e equivalentes de caixa, investimentos e intangível, o qual foi realizada em 30/11/2024. Os efeitos patrimoniais da incorporação encontram-se demonstrado na nota 26.1. **3.16. Auração do superávit/déficit:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros revertam para a Entidade e, assim, possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado. **3.17. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos imobiliários. **3.18. Trabalho voluntário:** A Entidade possui adeptos ao trabalho voluntário, encontram-se reconhecidos pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. **3.19. Demonstração do resultado abrangente:** As transações registradas em resultados abrangentes se referem a ações negociadas em bolsa de valores, ou seja, ativos financeiros, mensurados a valor justo e registrados no patrimônio líquido. **3.20. Demonstração do valor adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC. A demonstração de valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Associação e sua respectiva distribuição, fundamentada em conceitos macroeconômicos. **3.21. Operações de Arrendamento Mercantil:** A Associação optou por utilizar o expediente prático de transição conforme o CPC 06 R2/IFRS 16 não reconhecendo os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (conforme política institucional contraprestações mensais até R\$ 1.200,00 reais). A Associação reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Associação descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental aplicada de sendo a taxa incremental de 13,64% em 2024 e 12,88% em 2023. **3.22. Demonstrações financeiras do exercício anterior:** As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparação. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Estão representados como segue:

Descrição	2024	2023
Caixa e bancos		
Recursos livres	323	339
Recursos com subvenções	93	1.264
Aplicações financeiras		
Recursos livres	61.569	25.286
Recursos com subvenções	18.195	11.248
Recursos com fundo de risco	11.678	920
Recursos com fundo de investimento	15.342	4.908
Recursos com restrição	2.434	42
Total	109.634	44.007

De acordo com a Política de Investimentos do Grupo Marista, as disponibilidades da Associação são podem ser aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, ou seja, aquelas com nota de rating AAA em uma agência de risco ou dois ratings AA, no longo prazo. As aplicações em bancos controlados pelo governo federal, independente de seus "ratings" também são liberadas. São vetadas aplicações em participações acionárias, hedge funds, multimercados e operações de swap cambial, fundos não lastreados em papéis de governo e bancos abaixo do rating. A associação deve manter no máximo 40% de suas aplicações em uma mesma instituição financeira e todas as aplicações, exceto as de fundos específicos, terão disponibilidade imediata. Em 31 de Dezembro de 2024 a Associação mantinha suas aplicações com as seguintes instituições financeiras: Banco Santander (Brasil) S.A., Citibank, Caixa Econômica Federal, Banco Safra S.A, Banco Bradesco, Banco Votorantim, Banco Itaú, Sicredi, Banco Alfa e Banco do Brasil. As aplicações de recursos próprios da associação possuem rendimentos atrelados à variação do CDI, com baixo risco de mudança de valor e podem ser resgatadas de acordo com as necessidades de recursos. Essas aplicações financeiras referem-se a: (A) Certificados de Depósitos Bancários (CDB), cujo rendimento médio anual atrelado ao CDI foi de 101,80% a.a. e em 2023 (101,83% a.a.). (B) Aplicações automáticas (recursos creditados no último dia útil, fora do expediente bancário), cujo rendimento médio anual atrelado ao CDI foi de 18,70% a.a. e em 2023 (15,82% a.a.). Já os recursos com fins específicos (subvenções) aplicados em poupança, obtiveram rentabilidade média anual de 7,06% (65,34% a.a do CDI) e em 2023 (62,12% a.a do CDI),

outras aplicações de recursos de terceiros estão investidas em renda fixa e fundos de investimentos com rentabilidade média anual de 6,19% a.a (57,9% do CDI) e em 2023 (65,50% do CDI) e aplicações de Recursos de Terceiros aplicados em CDB obtiveram rentabilidade média anual de 10,69% (100% do CDI) em 2023 (101,55% do CDI). Os recursos com fins específicos referem-se aos recursos recebidos de terceiros para aplicação em projetos. **5. Mensalidades e Outros Recebíveis:** As mensalidades e outros recebíveis estão representados como segue:

Descrição	2024	2023
Circulante	505.826	212.409
Não Circulante	9.642	437.227
Mensalidades e outros recebíveis	505.826	212.409
Clientes a receber	9.642	7.261
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(96.859)	(88.721)
(-) Ajuste a valor presente	(1.022)	(1.083)
Total	417.587	212.409

Em mensalidades e outros recebíveis contempla os recebíveis da área educacional e de saúde: Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado: Reajuste na mensalidade de 12%, com isso tivemos um aumento no ticket médio, no período de 2024 houve uma maior adesão de alunos comparado ao ano de 2023. Nos cursos pós-graduação EAD houve uma mudança na prática contábil e sistemática de reconhecimento desses contratos, no qual a partir da confirmação do contrato reconhece-se inicialmente todo o direito a receber e em contrapartida no passivo de contratos a Apropriar (nota explicativa nº 23) sendo ativo liquidado pelo recebimento e o passivo a medida que o serviço é prestado apropriar-se a receita. Saúde: Aumento na produção hospitalar para pacientes particulares e de planos de saúde, bem como nos recebíveis ligados ao convênio com o SUS, no montante de R\$ 13.725. O ajuste a valor presente é calculado anual, a taxa de desconto utilizada se baseia no percentual da multa contratual de 2% e dos juros de mora 1%. A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é composta como segue:

Descrição	2024	2023
Saldo no início do exercício	(88.721)	(78.810)
Provisões	(70.767)	(47.458)
Reversões	62.629	37.547
Saldo final do exercício	(96.859)	(88.721)

As perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída em montante con-

Demonstrações do Resultado do Período			
	Notas	2024	2023
Receita Operacional Líquida			
Custos das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados		(851.174)	(784.192)
(Despesas) Receitas Operacionais			
Gastos com pessoal e encargos		(158.768)	(131.034)
Despesas administrativas		(190.442)	(159.726)
Depreciação/amortização/Impairment		(18.551)	(18.246)
Despesa com subvenção		(8.853)	(10.912)
Outras receitas e despesas	29	64.676	59.595
		(311.938)	(260.323)
Resultado Operacional Antes dos Efeitos Financeiros		203.918	144.794
Receitas financeiras		28.897	24.712
Despesas financeiras		(96.643)	(77.611)
Resultado Financeiro	30	(67.746)	(52.899)
Superávit/(Déficit) do Período		136.172	91.895

Demonstrações do Resultado Abrangente			
	Notas	2024	2023
Superávit/Déficit do período			

Main table containing financial data for Associação Paranaense de Cultura - APC, including sections for Despesas Antecipadas, Movimentação do intangível, and Receitas Diferidas. It features multiple columns for years (2022, 2023, 2024) and various financial metrics like Custos, Adições, and Baixas.

continua ->

Table with financial data including Ativo Circulante, Passivo Circulante, and various sub-items like Receitas Operacionais and Despesas.

Table titled 'Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras da Associação Paranaense de Cultura - APC' detailing educational and administrative aspects.

Table showing 'Regra para alcance da Proporção 1/9' and 'Demonstração do alcance da Proporção 1/9' with columns for 2023 and 2024.

Observação: Lei Complementar nº 187, de 16/12/2021. Saúde: Na área da Saúde, a APC atua no Serviço de Atenção à Saúde a nível Ambulatorial e Hospitalar...

Table with columns 'Nome da Filial', 'CNPJ', and 'CNEC' listing hospital entities like Hospital Universitário Cajuru.

Gratuidade na Saúde: Para o exercício de 2024, o percentual de serviços prestados ao SUS foi calculado de acordo com a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021 e de acordo com a Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016...

Table titled 'NOME DA FILIAL' listing 'HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CAJURU' and 'HOSPITAL MARCELINO CHAMPAGNAT' with CNPJ and CNEC numbers.

A Entidade oferta a prestação de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento). A composição deste percentual se dá por meio de cálculo percentual simples, com base no total de internações hospitalares e no total de atendimentos/procedimentos ambulatoriais realizados (SUS e não SUS)...

Table titled 'Percentual correspondente ao total de Internações hospitalares - paciente-dia' with columns for Competência Mês/Ano, Total 2023, and Total 2024.

A apuração do percentual de internações hospitalares/SUS é demonstrada pelo conjunto de 2 (dois) estabelecimentos da Entidade conforme prevê parágrafo 2º, inciso II, art. 9, Lei Complementar nº 187, de 16/12/2021; inciso II, art. 28, Decreto nº 11.791, de 21/11/2023 e art. 16, Portaria nº 834, de 26/04/2016...

Table titled 'Ambulatorial - Atendimentos/Procedimentos' with columns for Competência Mês/Ano, Total 2023, and Total 2024.

A apuração do percentual de internações hospitalares/SUS é demonstrada pelo conjunto de 2 (dois) estabelecimentos da Entidade conforme prevê parágrafo 2º, inciso II, art. 9, Lei Complementar nº 187, de 16/12/2021; inciso II, art. 28, Decreto nº 11.791, de 21/11/2023 e art. 16, Portaria nº 834, de 26/04/2016...

Table titled 'Ao percentual total da prestação de serviços para o SUS poderá ser adicionado o índice percentual de 1,5% (um e meio ponto percentual), para cada ação prioritária.' with columns for III - Atenção às urgências e emergências, and V - Hospitais de ensino.

Table titled 'Totalização do percentual de serviços prestados ao SUS' with columns for Competência Mês/Ano, Total 2023, and Total 2024.

1. Demonstração do quantitativo de internações hospitalares e atendimentos/procedimentos ambulatoriais pelo conjunto de estabelecimentos de saúde, conforme prevê Lei Complementar nº 187, de 16/12/2021, Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023 e Portaria nº 834, de 26/04/2016. Legenda: AIH: Autorização de Internação Hospitalar; C&P: Convênio de Particulares; CIHA: Comunicação de Informações Hospitalares Ambulatoriais; SIA: Sistema de Informações Ambulatoriais; SIH: Sistema de Informações Hospitalares; SUS: Sistema Único de Saúde; Paciente-Dia: Número de diárias de cada internação. Observações: Os números informados referem-se ao controle da área da saúde da Associação Paranaense de Cultura - APC, porém as informações estão sujeitas a alterações em virtude da produção aprovada SUS e não SUS. Para o exercício 2024, os dados do CIHA (Não SUS) foram publicados pelo DATASUS até agosto/2024. Dados SUS foram publicados até outubro/2024. A produção informada foi extraída dos sistemas de informações disponibilizados pelo Ministério da Saúde até a data de elaboração desta nota (16/01/2025). 32. Cobertura de riscos: A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando-se a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras. Assim, o procedimento de auditoria focou na análise das apólices de seguro e na cobertura dos bens previstos por elas. Em 31 dezembro de 2024 e 2023 as coberturas estão assim compostas:

Table with columns 'Natureza', 'Tipos de Cobertura', '2024', and '2023' listing various insurance types like Incêndio, Raio e Explosão, Furacão, etc.

33. Instrumentos financeiros: Gerenciamento de risco financeiro: A Entidade está sujeita a exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos supramencionados, identificando quais são os objetivos da Entidade, as políticas e os processos para mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. Estrutura do gerenciamento de risco: A Entidade possui e segue uma política de gerenciamento de risco que a orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e...

Os descontos concedidos obtiveram aumento devido a captação de alunos no EAD, bem como visa o incentivo aos pagantes anteciparem ou efetuarem o pagamento dentro do prazo de vencimento. 31. Aplicações em gratuidade: Gratuidade: 1. Certificado De Entidade Beneficente De Assistência Social - CEBAS: A Associação Paranaense de Cultura - APC possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), expedido pelo Ministério da Educação, ativo e regular até 31 de dezembro de 2018, deferido por meio da Portaria nº 615, de 17 de dezembro de 2020. A Entidade requereu a renovação do CEBAS por meio dos protocolos indicados a seguir, os quais encontram-se em análise:

Table titled 'Cálculo de bolsas da APC ano de 2024' and 'Bolsistas reconhecidos e registrados no Censo Educação Superior - 2º Semestre 2024' showing student counts for various categories.

Table titled 'Regra para alcance da Proporção 1/9' and 'Demonstração do alcance da Proporção 1/9' with columns for 1º Semestre and 2024.

Table titled 'Regra para alcance da Proporção 1/5' and 'Demonstração do alcance da Proporção 1/5' with columns for 1º Semestre and 2024.

Table titled 'Observação: Lei Complementar nº 187, de 16/12/2021. Cálculo de bolsas da APC ano de 2024' and 'Bolsistas reconhecidos e registrados no CENSO Educação Superior - 2º Semestre 2024' showing student counts for various categories.

★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras da Associação Paranaense de Cultura - APC

gerenciadas, a fim de se avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa. As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Entidade, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem seus papéis e suas obrigações. A Administração acompanha o cumprimento das políticas e dos procedimentos de gerenciamento de riscos da Entidade e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Entidade. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição da Entidade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e de juros ou, ainda, os preços dos serviços prestados pela Entidade, representam aos ganhos da Entidade ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. **Valor justo dos instrumentos financeiros:** Os valores contábeis de instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, como disponibilidades, aplicações financeiras, contas a receber e empréstimos e financiamentos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos em sua negociação em um mercado ativo, ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. **34. Informações por segmento de negócio:** A Administração da Entidade utiliza três segmentos operacionais e respectivos gastos corporativos, que são alocados aos segmentos, para analisar e tomar suas decisões estratégicas, e revisados pelo Conselho de Administração da Entidade. O Conselho de Administração analisa e aprova os dados, segmentando-os pelos produtos e serviços nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Informações sobre o superávit/déficit líquido, por segmento reportável: As informações por segmento de negócios, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, são as seguintes:

		2024			2023		
Educação	Assistência Social	Saúde	Total	Educação	Assistência Social	Saúde	Total
1.125.087	1	461.378	1.586.466	959.249	68	415.995	1.375.312
(212.076)	-	(7.360)	(219.436)	(183.653)	-	(2.350)	(186.003)
913.011	1	454.018	1.367.030	775.596	68	413.645	1.189.309
(510.494)	(102)	(340.578)	(851.174)	(470.877)	(1.107)	(312.208)	(784.112)
(291.776)	(1.339)	(18.823)	(311.938)	(212.293)	(812)	(47.218)	(260.313)
110.741	(1.440)	94.617	203.918	92.426	(1.851)	54.219	144.794
(63.347)	1	(4.400)	(67.746)	(43.641)	-	(9.258)	(52.899)
47.394	(1.439)	90.217	136.172	48.785	(1.851)	44.961	91.895

35. Eventos subsequentes: Até a data da elaboração e preparação destas Demonstrações Financeiras, não foi constatada, nem é de conhecimento da administração da Entidade, a deflagração ou existência de nenhum evento subsequente que, eventualmente, pudesse gerar quaisquer impactos econômicos e financeiros de mudanças significativas nas demonstrações financeiras.

Curitiba - PR, 31 de dezembro de 2024

A Administração

Diretoria	Contador
Vanderlei Siqueira dos Santos - Presidente	Loecir Anderson de Andrade - CRC 1PR n° 054023/0-7

Parecer do Conselho Fiscal

O conselho fiscal da Associação Paranaense de Cultura - APC, em cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou as demonstrações financeiras e as respectivas notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório da AJCA Auditores Independentes S/S, datado de 12 de março de 2025, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos Associados.

Curitiba, 10 de abril de 2025

Ir. Evilázio Tambosi - Membro do Conselho Fiscal	Antonio Luiz Rios da Silva - Membro do Conselho Fiscal	Everson Ismael de Oliveira - Membro do Conselho Fiscal
---	---	---

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da Associação Paranaense de Cultura - APC - Curitiba - PR. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Paranaense de Cultura - APC ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Paranaense de Cultura - APC em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002). **Ênfase:** a) Em 17/10/2024 foi deliberado em assembleia geral dos Associados, a intenção da administração em realizar a incorporação total do Centro de Estudos Bandeirantes - CEB relativo a valores de caixa e equivalentes de caixa, investimento e imobilizado a qual foi realizada em 29/11/2024. Os efeitos patrimoniais da incorporação encontram-se demonstrado na nota 26.1. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** Examinamos, também, a demonstração dos valores adicionados, referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2024, preparadas sob a responsabilidade da administração da Entidade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião sobre o risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria planejando os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 12 de março de 2025

AJCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PR - 005288/0-6
Antônio Justicheckem - Contador - CRC/PR - 037.469/0-4

Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Editais

Balanços

Súmulas

Concorrências

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte
nossa **equipe**

41 3333-9800

publegal@induscom.com.br

pl@induscom.com.br

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/04/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 28/04/2025 01:20:00
Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>
Identificador de validação: 818c3a47bde261b90520159d07342180e1ecfb5347c598b0f4c776e943b8337b



Assinatura

Assinado em: 28/04/2025 01:20:06
Tipo de assinatura: Desenho na tela
Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CPF: 01993841938
E-mail: financeiro2@induscom.com.br
Identificador: 71adf0e7c98fa4987fa6b14b6598c45d



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
187.53.118.239, 172.31.36.167	-25.4345969,-49.2537428	Curitiba	80050-250	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 135.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.

